



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2022

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio do seu Pregoeiro, designado pela [Portaria n.º 829, de 24 de outubro de 2022](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição e instalação de persianas para os imóveis locados, cedidos ou próprios que sediam os cartórios eleitorais no interior do estado da Bahia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo nº 0006801-72.2022.6.05.8000, será regida pela Lei nº 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 18.11.2022

Hora: 9h (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: Lúcio Roberto de Oliveira

E-mail: lroliveira@tre-ba.jus.br . **Telefone:** (71) 3373-7084

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

ADJUDICAÇÃO: Por lote

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 93.551,23 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0029** - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.4.4.90.52.51 - Peças não Incorporáveis a Imóveis.

Anexos

I – Termo de Referência

A – Especificações

B - Endereços dos Imóveis onde serão Instaladas as Persianas

II – Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1.** A presente licitação tem por objeto a aquisição e instalação de persianas para os imóveis locados, cedidos ou próprios que sediam os cartórios eleitorais no interior do estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.
- 1.2.** Havendo divergência entre as descrições do CATSER/CATMAT e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.
- 1.3.** Esta licitação será exclusiva à participação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1.** A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.
- 2.2.** Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.gov.br/compras, para acesso ao Portal de Compras do Governo Federal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2.3. O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**

2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.5. Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.

2.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - f.1)** Considera-se “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- j) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- k) empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. A licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, nesse momento, a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **os valores unitário e total de cada item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A **proposta deverá conter a** discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital, bem como a marca/modelo do produto.

4.2.1.1. A ausência da indicação de marca/modelo é uma falha sanável, **devendo o pregoeiro instar a licitante** para que preste tal informação, a qual ficará fazendo parte integrante da sua proposta. Por sua vez, fica expressamente vedado, durante o certame, modificar a marca/modelo do produto, por representar alteração da substância da proposta, podendo apenas haver complementação de eventuais omissões, vinculando-se a licitante à sua declaração.

4.3. A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

4.4. A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.5.1 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.6. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SUBSEÇÃO I – DA VISTORIA PRÉVIA

4.10. A(s) empresa(s) interessada(s), caso julgue(m) necessário, poderá(ão) realizar vistoria até o dia anterior à data da licitação, aos Fóruns e Cartórios Eleitorais apontados no Termo de Referência, nos municípios correspondentes, onde serão instaladas as persianas, para verificar as peculiaridades da área e conferir medidas no local (as medidas contidas no Termo de Referência são tiradas em projeto e/ou informadas por servidores). Os endereços e telefones estão listados no Anexo B do Termo de Referência. Para isso, devem entrar em contato com os chefes de cartório de cada localidade, com antecedência mínima de 03 dias úteis, para marcar o horário da visita.

4.10.1. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a participação no certame, ficando as licitantes, contudo, cientes de que após a apresentação das propostas não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

5.4. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1. Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2.** Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:
- a)** as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
 - b)** a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;
 - c)** lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.
- 7.3.** Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 7.4.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.5.** Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso a **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente.
- 7.6.** No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

- 7.8.** Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.
- 7.9.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 7.10.** Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.
- b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b da condição 7.10**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das **alíneas a e b da condição 7.10**, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na **condição 7.12**.

SECÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, havendo empate, será aplicado o direito de preferência estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos da **condição 8.1**,

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

SECÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 10.7 a 10.9** deste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

9.3. **Se necessário**, a licitante terá o prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e/ou documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

10.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

10.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.7. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. **A presente análise será feita após a fase de lances.**

10.7.1. Observado o valor máximo fixado para o lote, o Pregoeiro deverá verificar, também, os preços unitários dos itens que o integram, recusando as propostas que consignarem valores unitários superiores ao preço máximo estimado para a contratação.

10.7.2. Ocorrendo a situação prevista na **condição 10.7.1.** (preço unitário dos itens integrantes do lote maior do que o preço máximo estimado para contratação), o Pregoeiro negociará com a licitante visando a obter preço menor, não sendo permitida a redistribuição da diferença entre os demais itens, ainda que o valor destes seja inferior ao preço da administração.

10.8. Ocorrendo a situação descrita na **condição 10.7** e caso a **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

10.9. O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irreajustável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.

10.10. Havendo aceitação da proposta, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

11.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

11.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as condições 11.1.1 e 11.1.2 deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

11.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.3. A licitante deve atualizar previamente as comprovações constantes do SICA F, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta eletrônica, a respectiva documentação atualizada.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.5. No caso das alíneas da **condição 11.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

11.6. Caso a **licitante** pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.5**.

11.7. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019:-

11.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

11.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

11.12.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema, após o encerramento do envio de lances, observado o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de inabilitação.

11.13. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.14. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.13**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

11.15. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

11.16. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

11.17. O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.16**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SECÃO XII – DOS RECURSOS

- 12.1.** Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 12.2.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.
- 12.3.** Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoieiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.
- 12.4.** Presentes os requisitos recursais, o Pregoieiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.
- 12.5.** A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 12.6.** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo (SEI) nº 0006801-72.2022.6.05.8000 franqueada aos interessados.
- 12.7.** O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.
- 12.8.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.
- 12.9.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SECÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1.** O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.
- 13.2.** Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.
- 13.3.** Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade.

SECÃO XIV – DA NOTA DE EMPENHO

- 14.1.** O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 14.2.** É condição para a retirada da nota de empenho a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação
- 14.3.** A **licitante vencedora** deverá retirar a nota de empenho dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.
- 14.4.** O prazo para a retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.
- 14.5.** A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido na **condição 14.3**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará o **licitante** às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002
- 14.6.** A Nota de Empenho poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

SEÇÃO XV – DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO E DA INSTALAÇÃO

- 15.1.** A entrega e o recebimento do objeto licitado serão efetuados em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.
- 15.2.** A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação para fornecimento e instalação de persianas poderá(ão) realizar vistoria “in loco” antes da confecção e instalação das persianas, para conferir as medidas, forma de abertura mais adequada, bem como para verificar todos os demais aspectos técnicos para instalação do material, conforme descrito nos itens 3.8.1 e 3.8.2 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA

- 15.3.** A Contratada deverá prestar garantia, na forma e prazos previstos nos itens do Tópico 5 do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SUBSEÇÃO II – DA PROVA

- 15.4.** Antes da instalação das persianas, a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) entregar prova do material cotado para aprovação da fiscalização do contrato na Sede do TRE-BA, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento do Pedido de Fornecimento de Prova, que será emitido em até 07 (sete) dias corridos após a retirada da nota de empenho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

15.5. Aceita a prova pela fiscalização, será emitido o Pedido de Fornecimento do Material, no prazo de até 7 (sete) dias corridos após a referida aprovação.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR** com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, **PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;
- i) não fornecer o objeto licitado;
- j) retardar a entrega do objeto licitado;
- k) fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital.

16.2. Para os fins da **alínea “b”**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.

16.5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

16.6. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE/BA.

16.7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.6 e 16.7**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

16.9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

16.10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

17.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

17.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Estadual/Distrital (Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais ou Certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente).

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas por via do e-mail lroliveira@tre-ba.jus.br, informando o número deste Pregão.

18.2. Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio do telefone (71) 3373-7084, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.3. Até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

18.4. A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro ou protocolada neste Tribunal, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.5. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

19.2. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e de 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e www.tre-ba.jus.br.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

19.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

19.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.9. Salvo disposição em contrário, constante do Termo de Referência ou do contrato, são vedadas à licitante vencedora a subcontratação total ou parcial do objeto licitado e a cessão ou transferência total ou parcial do contrato.

19.10. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

19.11. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

19.12. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) poderão ser assinados digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve o art. 1º da Portaria nº 475/2017 da presidência do TRE-BA.

19.12.1. Cabe às partes contratantes arcar com eventuais custos de aquisição de certificações e equipamentos porventura necessários à formalização do ajuste por meio eletrônico ou digital.

19.13. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.13.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 27 de outubro de 2022

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 73/2022

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição e instalação de persianas para os imóveis locados, cedidos ou próprios que sediam os cartórios eleitorais no interior.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação visa atender às solicitações dos cartórios eleitorais para melhoria das condições do ambiente de trabalho em relação ao conforto luminoso e térmico, evitando a incidência de sol nos ambientes, que além de atingir aos servidores, pode danificar móveis e documentos do local. A escolha das persianas verticais atende à proteção necessária aos ambientes de escritório e vem sendo utilizada nos imóveis deste Tribunal ao longo dos anos, mostrando-se adequada ao fim proposto.

3. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. A(s) empresa(s) interessada(s), caso julgue(m) necessário, poderá(ão) realizar visita para vistoria, até o dia anterior à data da licitação, aos Fóruns e Cartórios Eleitorais aqui apontados, nos municípios correspondentes, onde serão instaladas as persianas, para verificar as peculiaridades da área e conferir medidas no local (as medidas contidas neste Termo de Referência são tiradas em projeto e/ou informadas por servidores). Os endereços e telefones estão listados no Anexo B. Para isso, devem entrar em contato com os chefes de cartório de cada localidade, com antecedência mínima de 03 dias úteis, para marcar o horário da visita.

3.1.1. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a participação no certame, ficando as licitantes, contudo, cientes de que após a apresentação das propostas não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

3.2. Para quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos, referentes às especificações deste Termo de Referência, deverá ser consultada a Seção de Manutenção Predial do TRE/BA, de segunda a quinta-feira das 13h às 18h e às sextas-feiras das 08h às 12h, através dos telefones (71) 3373-7380 / 7314 / 7363.

3.3. Os materiais serão adquiridos por lote, de acordo com a tabela apresentada no Anexo A.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

3.4. As medidas apresentadas no Anexo A já contemplam o avanço das persianas para as paredes laterais e paredes inferiores e superiores, tendo sido consideradas medidas aproximadas após análise de cada caso específico, para cada uma destas direções. Também está indicada a localização da fixação dos trilhos, qual seja, na parede (ou viga) ou no teto (forro ou laje).

3.5. Antes da instalação das persianas, a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) entregar prova do material cotado para aprovação da fiscalização do contrato na Sede do TRE/BA, no prazo de até 10 dias corridos, contados a partir do recebimento do Pedido de Fornecimento de Prova, que será emitido em até 07 dias corridos após a retirada da nota de empenho.

3.6. Aprovada a prova, será emitido o Pedido de Fornecimento do Material, no prazo de até 07 dias corridos após a referida aprovação.

3.7. A Contratada deverá entregar e instalar o material nos cartórios e fóruns eleitorais do interior nos endereços constantes no Anexo B, de acordo com o seu respectivo lote.

3.8. O prazo para entrega e conclusão da instalação do material solicitado de cada lote será de 60 dias corridos, contados do recebimento, pela Contratada, do Pedido de Fornecimento, nos termos do item 3.6.

3.8.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação para fornecimento e instalação de persianas e dentro do prazo indicado para a execução do objeto (60 dias), na conformidade do tópico 3.8, poderá realizar vistoria “in loco” antes da confecção e instalação das persianas, para conferir as medidas, forma de abertura mais adequada, bem como para verificar todos os demais aspectos técnicos para instalação do material.

3.8.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) entrar em contato com os fiscais do contrato, em cada localidade da instalação do material, com antecedência mínima de 03 dias úteis, para marcar o horário das vistorias especificadas no item 3.8.1.

3.9. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) entrar em contato com os fiscais do contrato, em cada localidade da instalação do material, com antecedência mínima de 03 dias úteis, para marcar o início da instalação do material, fornecendo o nome e RG das pessoas que executarão os trabalhos.

3.10. O horário de entrega e instalação será de 08h às 14h, de segunda a sexta-feira, observado o descrito no item 3.9.

3.11. As áreas especificadas para as persianas, neste Termo de Referência, não estão considerando perda de material.

3.12. Correrão por conta da Contratada quaisquer providências relativas a frete, transporte, descarga e instalação do material, incluindo-se a necessária mão de obra.

3.13. Os materiais serão avaliados levando-se em conta a conformidade com as especificações e características técnicas solicitadas e com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

3.14. Todas as instalações devem ser executadas de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas.

3.15. Somente será aceito material novo e em perfeitas condições, sem existência de uso anterior.

3.16. A contratada deve executar os serviços de montagem e desmontagem (se necessário), além de fornecer todo material, e deve também fornecer os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos trabalhos.

4. RECEBIMENTO

4.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) **Recebimento provisório** os materiais serão recebidos provisoriamente no momento do encerramento da instalação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

b) **Recebimento definitivo:** no prazo de 05 dias úteis após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

4.2. A Contratada garantirá a qualidade do material fornecido, obrigando-se a substituir aquele que apresentar vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

4.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

4.4. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado ou foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a Fiscalização do Contrato notificará por escrito a Contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado para entrega.

4.5. Se a Contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições exigidas no edital, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do material não entregue ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

4.6. Caso a Contratada não retire, no prazo de 90 dias, a contar do recebimento da notificação, o material recusado, ficará caracterizado o seu abandono, nos termos do disposto no artigo 1.275, Inciso III, do Código Civil, podendo a Contratante incorporá-lo ao seu patrimônio, encaminhá-lo a outros órgãos da Administração Pública ou, ainda, doá-lo nos termos do disposto no Decreto nº 9.373/2018.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.7. A Contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho/contrato, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

4.8. Consoante o disposto no artigo 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos materiais devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

4.9. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos materiais durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 06 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

5. GARANTIA

5.1 As Persianas deverão ter garantia mínima de 01 ano, contada a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, contra defeitos de fabricação e oxidação.

5.2 Caso, após o recebimento definitivo dos materiais, sejam verificados defeitos cobertos pela garantia, a(s) empresa(s) será(ão) contatada(s) e deverá(ão) atender o chamado no prazo de 05 dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação do defeito, para realizar a vistoria.

5.3 Caso precisem ser consertados ou substituídos os materiais danificados, o prazo para a correção dos defeitos ou para a substituição é de até 20 dias úteis, contados da data da vistoria feita pela contratada.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a)** entregar os bens no prazo, nas especificações e na quantidade constantes neste termo de referência, assim como com as características descritas na proposta;
- b)** atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c)** não fornecer quantidade ou modelo diversos do solicitado;
- d)** substituir os produtos danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- e)** responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- f) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- g) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- h) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- i) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se autorizado neste termo de referência;
- j) conferir garantia de adequação dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste termo de referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes neste termo de referência e no edital;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

8.1. A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente a entrega/instalação do objeto contratado – **1% sobre o valor do item entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;**
- b) atrasar a entrega da prova da persiana para aprovação da fiscalização na Sede do TRE/BA, conforme item 3.5 – **0,5% por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite máximo de 10 dias corridos;**
- c) não atender a chamado para corrigir defeito verificado dentro do prazo de garantia – **1% por dia de atraso, sobre o valor do item, até o prazo de 10 dias;**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

d) não substituir os materiais danificados, dentro do prazo de garantia, conforme estabelecido no item 5.3 – **1% por dia de atraso, sobre o valor total de aquisição do item não substituído, até o prazo de 10 dias;**

e) inexecução parcial – **15% sobre o valor do item não entregue;**

f) inexecução total – **25% sobre o valor total contratado;**

8.2. Ultrapassado o prazo estabelecido no **subitem 8.1, alínea “a”**, a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

8.3. A aplicação da penalidade estabelecida no **subitem 8.1, alínea “d”** não afasta a obrigação da devolução do valor pago pela aquisição do bem.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

9.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

9.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

10. PAGAMENTO

10.1. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

10.1.1. Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal;

10.1.2. Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal.

10.2. Condiciona-se o pagamento à:

I – Apresentação da nota fiscal discriminativa da execução do objeto contratado;

II – Declaração da Fiscalização do Contrato de que o fornecimento se deu conforme pactuado.

10.3. A Contratada indicará na nota fiscal o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

11. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

11.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

11.1.1. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

11.1.2. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

12. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

12.1. O TRE/BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE/BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

12.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE/BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

12.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE/BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

12.5. A critério do TRE/BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente da execução do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

13.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica e não demanda grande capacidade econômica para sua execução e fornecimento, que possa justificar a participação de consórcio. Além disso, o mercado dispõe de várias empresas aptas a, por si só cumprirem as obrigações do contrato. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade, pois há um universo de possíveis empresas individuais aptas a cumprirem o contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ANEXO A

A.1 ESPECIFICAÇÕES

| Fornecimento e instalação de PERSIANAS verticais em tecido resinado com as seguintes características: lâminas de 90 mm, na cor Cairo (conforme a tonalidade adotada pelas outras unidades do Tribunal); trilhos superiores em alumínio extrudado; corrente de comando para girar 180° em PVC; cordão de comando, em poliéster, na cor creme ou bege; corrente de base, em PVC; cabide e pingente em PVC; balastro de 90 mm apropriado para instalação de corrente PVC; pêndulo em PVC na cor branca. | | | |
|--|-----------|--|------|
| LOTE 1 | | | |
| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QTDE |
| 01 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de ESPLANADA , medindo 2,20m x 2,38m, totalizando 5,24m ² . A fixação será na parede e a abertura será central. | 01 |
| 02 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de SIMÕES FILHO , com as medidas abaixo, totalizando 8,20m ² : Janela 1: (1,90 x 2,00)m – abertura para a esquerda; Janela 2: (2,20 x 2,00)m – abertura central. Todas deverão ser fixadas na parede. | 02 |
| 03 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de CATU , com as medidas abaixo, totalizando 12,56m ² : Janela 1: (2,36 x 1,40)m – abertura central; Janela 2: (2,36 x 1,40)m – abertura central; Janela 3: (1,90 x 1,40)m – abertura para direita; Janela 4: (1,36 x 1,40)m – abertura central; Janela 5: (1,00 x 1,40)m – abertura para direita. | 05 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|----|-----------|---|----|
| | | Todas deverão ser fixadas na parede. | |
| 04 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de FEIRA DE SANTANA , com as medidas abaixo, totalizando 7,48m²: Janela 1: (2,20 x 1,70)m – abertura para esquerda; Janela 2: (2,20 x 1,70)m – abertura para direita. Todas deverão ser fixadas na parede. | 02 |
| 05 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de CAMAÇARI , com as medidas abaixo, totalizando 64,22m². Central de Atendimento, com as medidas abaixo, totalizando 29,28m²: Janela 1.1: (1,20 x 1,50)m – abertura para a esquerda; Janela 1.2: (1,90 x 1,50)m – abertura para a direita; Janela 1.3: (3,00 x 1,50)m – abertura central; Janela 2.1: (1,98 x 1,50)m – abertura para a esquerda; Janela 2.2: (1,98 x 1,50)m – abertura central; Janela 2.3: (1,98 x 1,50)m – abertura para a direita; Janela 3.1: (2,49 x 1,50)m – abertura para a esquerda; Janela 3.2: (2,49 x 1,50)m – abertura central; Janela 3.3: (2,49 x 1,50)m – abertura para a direita. Sala de Treinamento, com as medidas abaixo, totalizando 7,00m²: Janela 4.1: (2,33 x 1,50)m – abertura para a esquerda; Janela 4.2: (2,33 x 1,50)m – abertura para a direita. Cartório da 170ª Zona Eleitoral, com as medidas abaixo, totalizando 11,12m²: Janela 5.1: (2,45 x 1,50)m – abertura para a esquerda; Janela 5.2: (2,45 x 1,50)m – abertura para a direita; Janela 6: (2,51 x 1,50)m – abertura central. Cartório da 171ª Zona Eleitoral, com as medidas abaixo, totalizando 16,82m²: Janela 7.1: (1,88 x 1,50)m – abertura para a esquerda; Janela 7.2: (1,88 x 1,50)m – abertura para a direita; Janela 8: (2,85 x 1,50)m – abertura para a direita; Janela 9.1: (2,30 x 1,50)m – abertura para a direita; | 19 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|---------------|---------------|--|-------------|
| | | Janela 9.2: (2,30 x 1,50)m – abertura para a esquerda. Todas deverão ser fixadas no fundo da viga. | |
| 06 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de RETIROLÂNDIA , com as medidas abaixo, totalizando 19,38m²: Janelas 1 a 4: (2,40 x 1,70)m; Janela 5: (1,80 x 1,70)m. A fixação será na parede e a abertura para a esquerda. | 05 |
| 07 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de POJUCA , com as medidas abaixo, totalizando 4,32m²: Janela 1: (1,65 x 1,35)m; Janela 2: (1,55 x 1,35)m. Todas deverão ser fixadas na parede e a abertura para a esquerda. | 02 |
| 08 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de VALENTE , medindo 2,90m x 2,00m cada, totalizando 11,60m². A fixação será na parede e a abertura será central. | 02 |
| 09 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de SÃO FRANCISCO DO CONDE , com as medidas abaixo, totalizando 12,30m²: Porta 1 - Cartório: (2,53 x 2,65)m – abertura para a esquerda; Porta 2 - Cartório: (2,00 x 2,80)m – abertura para a esquerda. Todas deverão ser fixadas na parede. | 02 |
| LOTE 2 | | | |
| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QTDE |
| 10 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de IPIRÁ , com as medidas abaixo, totalizando 7,38m²: Janela 1 - Cartório: (1,90 x 1,70)m – abertura central; Janela 2 - Sala do juiz: (1,70 x 1,70)m – abertura central; Janela 3 - Copa: (1,80 x 0,70)m – abertura para a esquerda. Todas deverão ser fixadas na parede. | 03 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|----|-----------|---|----|
| 11 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de SANTA TERESINHA , medindo 1,65m x 1,30m e totalizando 2,15m ² , para a janela da sala do analista. A fixação será no teto e a abertura será para a esquerda. | 01 |
| 12 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de JUAZEIRO , para a sala de audiências da 47ª Zona Eleitoral, medindo 2,27m x 1,87m cada, totalizando 8,49m ² . A fixação será na parede e a abertura será central. | 02 |
| 13 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de PARIPIRANGA , com as medidas abaixo, totalizando 24,05m ² : Janela 1: (1,70 x 1,90)m – abertura para a direita; Janela 2: (1,70 x 1,90)m – abertura para a direita; Janela 3: (1,15 x 1,40)m – abertura para a direita; Janela 4: (1,80 x 1,90)m – abertura central; Janela 5: (1,30 x 1,40)m – abertura central; Janela 6: (1,70 x 1,40)m – abertura para a esquerda; Janela 7: (2,40 x 1,40)m – abertura central; Janela 8: (1,60 x 1,90)m – abertura para a direita; Janela 9: (1,40 x 1,40)m – abertura central. Todas deverão ser fixadas na parede. | 09 |
| 14 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de TUCANO , medindo 2,90m x 1,75m e totalizando 5,08m ² . A fixação será na parede e a abertura será central. | 01 |
| 15 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de SENTO SÉ com as medidas abaixo, totalizando 6,40m ² : Janela 1.1: (2,00 x 1,60)m – abertura para a direita; Janela 1.2: (2,00 x 1,60)m – abertura para a esquerda. Todas deverão ser fixadas na parede. | 02 |
| 16 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de ITIÚBA medindo 2,00m x 1,85m cada, totalizando 7,40m ² . A fixação será na parede e a abertura será lateral para esquerda. | 02 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|---------------|-----------|---|------|
| 17 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de CHORROCHÓ com as medidas abaixo, totalizando 5,29m²: Janela 1: (1,45 x 1,30)m; Janela 2: (1,65 x 2,06)m. Todas deverão ser fixadas na parede e a abertura será central. | 02 |
| 18 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de JAGUARARI medindo 1,50m x 1,00m cada, totalizando 3,00m². Todas deverão ser fixadas na parede e abertura central. | 02 |
| LOTE 3 | | | |
| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QTDE |
| 19 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de LENÇÓIS , medindo 1,60m x 1,20m e totalizando 1,92m². A fixação será na parede e a abertura será central. | 01 |
| 20 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de IRECÊ , com as medidas abaixo, totalizando 11,67m²: Janela 1: (2,15 x 1,80)m – abertura central; Janela 2.1: (2,05 x 1,90)m – abertura para a esquerda; Janela 2.2: (2,05 x 1,90)m – abertura para a direita. Todas deverão ser fixadas na parede. | 03 |
| 21 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de PIATÃ , medindo 2,30m x 1,80m e totalizando 4,14m². A fixação será no teto e a abertura será para a esquerda. | 01 |
| 22 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de IBOTIRAMA , medindo 1,60m x 1,40m, totalizando 2,24m². Fixação na parede e abertura lateral para esquerda. | 01 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|---------------|---------------|--|-------------|
| 23 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de BARRA DO MENDES , com as medidas abaixo, totalizando 13,50m ² : Janelas 1 a 3: (1,70 x 2,10)m – abertura para esquerda; Janela 4: (1,47 x 1,90)m – abertura central. Todas deverão ser fixadas na parede. | 04 |
| 24 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de SANTA RITA DE CÁSSIA , com as medidas abaixo, totalizando 7,51m ² : Janelas 1 e 2: (1,90 x 0,90)m – abertura central; Janela 3: (1,60 x 1,32)m – abertura para a direita; Janela 4: (1,58 x 1,25)m – abertura para a direita. Todas deverão ser fixadas na parede. | 04 |
| LOTE 4 | | | |
| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QTDE |
| 25 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de CORIBE , medindo 2,45m x 1,90m e totalizando 4,66m ² . A fixação será na parede e a abertura será central. | 01 |
| 26 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de GUANAMBI , medindo 3,20m x 1,18m cada, totalizando 7,56m ² . A fixação será na parede e a abertura será central. | 02 |
| 27 | BR0150223 | Confecção de persianas em BARREIRAS , no Cartório da 70ª Zona Eleitoral, com as medidas abaixo, totalizando 17,91m ² : Janela 1: (2,36 x 1,57)m; Janela 2: (2,26 x 1,70)m; Janela 3: (2,10 x 1,70)m; Janela 4: (1,96 x 1,70)m; Janela 5: (2,16 x 1,60)m. A fixação será na parede e a abertura será central. | 10 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|----|-----------|--|----|
| | | Confecção de persianas BARREIRAS , no Cartório da 75ª Zona Eleitoral, com as medidas abaixo, totalizando 17,91m²: Janela 6: (2,36 x 1,57)m; Janela 7: (2,26 x 1,70)m; Janela 8: (2,10 x 1,70)m; Janela 9: (1,96 x 1,70)m; Janela 10: (2,16 x 1,60)m, A fixação será na parede e a abertura será central. | |
| 28 | BR0150223 | Confecção de persiana para Zona de JACARACI , medindo 1,70m x 1,30m, totalizando 2,21m². A fixação será na parede e a abertura será central. | 01 |
| 29 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de RIACHO DE SANTANA , com as medidas abaixo, totalizando 11,54m²: Janelas 1 e 2 - Salas de arquivo 1 e 2: (1,87 x 1,47)m – abertura para direita; Janela 3 - Sala de estar: (1,40 x 1,40)m – abertura central; Janela 4 - Sala de audiências: (2,40 x 1,70)m – abertura central. Todas deverão ser fixadas na parede. | 04 |
| 30 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de CORRENTINA , com as medidas abaixo, totalizando 7,03m²: Janela 1: (2,50 x 1,90)m – abertura central; Janela 2: (1,90 x 1,20)m – abertura para esquerda. Todas deverão ser fixadas na parede. | 02 |
| 31 | BR0150223 | Confecção de persianas para Zona de TREMEDAL , com as medidas abaixo, totalizando 6,02m²: Janela 1 - Sala do chefe de cartório: (1,60 x 1,40)m – abertura central; Janela 2 - Sala técnica judiciária: (1,40 x 1,40)m – abertura central; Janela 3 - Recepção: (1,30 x 1,40)m – abertura lateral esquerda. Todas deverão ser fixadas na parede. | 03 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| LOTE 5 | | | |
|--------|-----------|--|------|
| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QTDE |
| 32 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas em JEQUIÉ, para o Cartório da 22ª Zona Eleitoral, com as medidas abaixo, totalizando 7,17m²:</p> <p>Janela 1: (1,80 x 0,78)m – abertura central; Janela 2.1: (2,30 x 0,78)m – abertura para a esquerda; Janela 2.2: (2,30 x 0,78)m – abertura para a direita; Janela 3 - sala do juiz: (2,79 x 0,78)m – abertura central.</p> <p>Todas deverão ser fixadas na parede.</p> <p>Confecção de persianas em JEQUIÉ, para o Cartório da 23ª Zona Eleitoral, com as medidas abaixo, totalizando 9,94m²:</p> <p>Janela 4.1: (2,50 x 0,78)m – abertura para a esquerda; Janela 4.2: (2,50 x 0,78)m – abertura para a direita; Janela 5: (1,80 x 0,78)m – abertura central; Janela 6: (3,20 x 0,78)m – abertura central; Janela 7 - sala do juiz: (2,75 x 0,78)m – abertura central.</p> <p>Todas deverão ser fixadas na parede.</p> <p>Confecção de persianas para a Sala de Treinamento, com as medidas abaixo, totalizando 5,58m²:</p> <p>Janela 8.1: (2,38 x 0,78)m – abertura para a esquerda; Janela 8.2: (2,38 x 0,78)m – abertura central; Janela 8.3: (2,38 x 0,78)m – abertura para a direita.</p> <p>Todas deverão ser fixadas na parede.</p> | 12 |
| 33 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de AMARGOSA, para a porta de entrada do cartório, medindo 2,10m x 3,20m cada, totalizando 13,44m².</p> <p>A fixação será na parede e a abertura será lateral, uma para esquerda e outra para direita.</p> | 02 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|----|-----------|--|----|
| 34 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de COARACI, com as medidas abaixo, totalizando 12,44m²:</p> <p>Janela 1: (0,90 x 1,85)m; Janela 2: (1,90 x 1,80)m; Janela 3: (1,10 x 1,85)m; Janela 4: (1,10 x 1,85)m; Janela 5: (1,87 x 1,75)m.</p> <p>A fixação será na parede e a abertura será central.</p> | 05 |
| 35 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de ITAJUÍPE, com as medidas abaixo, totalizando 9,81m²:</p> <p>Janela 1: (2,50 x 2,10)m – abertura central e fixação na viga metálica; Janela 2.1: (1,69 x 1,35)m – abertura para a esquerda e fixação na parede; Janela 2.2: (1,69 x 1,35)m – abertura para a direita e fixação na parede.</p> | 03 |
| 36 | BR0150223 | <p>Confecção de persiana para Zona de ITAGIBÁ, medindo 2,70m x 1,80m e totalizando 4,86m².</p> <p>A fixação será na parede e a abertura será central.</p> | 01 |
| 37 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de ENCRUZILHADA, com as medidas abaixo, totalizando 6,37m²:</p> <p>Janela 1 - Copa: (1,50 x 1,30)m – abertura para esquerda; Janela 2 - Sala de atendimento: (1,70 x 1,30)m – abertura central; Janela 3 - Sala do rack: (1,70 x 1,30)m – abertura central.</p> <p>Todas deverão ser fixadas na parede.</p> | 03 |
| 38 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas em ITABUNA, no Cartório da 27ª Zona Eleitoral, totalizando 5,90 m²:</p> <p>Janela 1: (1,20 x 2,46)m; Janela 2: (1,20 x 2,46)m;</p> | 04 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|----|-----------|--|----|
| | | <p>A fixação será na parede e a abertura será lateral para esquerda.</p> <p>Confecção de persianas em ITABUNA, no Cartório da 28ª Zona Eleitoral, totalizando 5,90 m²:</p> <p>Janela 3: (1,20 x 2,46)m – abertura lateral para a esquerda e fixação na parede;</p> <p>Janela 4: (1,20 x 2,46)m – abertura lateral para a direita e fixação na parede.</p> | |
| 39 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de BELMONTE, medindo 1,60m x 1,24m cada, totalizando 3,96m².</p> <p>A fixação será na parede e a abertura será lateral para a direita.</p> | 02 |
| 40 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de PORTO SEGURO, apenas para o Cartório da 121ª Zona Eleitoral, com as medidas abaixo, totalizando 23,68m²:</p> <p>Janela 1 - sala do Cartório 1: (2,17 x 1,75)m;</p> <p>Janela 2 - sala do Cartório 1: (2,17 x 1,75)m.</p> <p>A fixação será na parede e a abertura será lateral, uma para esquerda e outra para direita.</p> <p>Janela 3 - sala do Cartório 2: (3,14 x 1,75)m;</p> <p>Janela 4 - sala do Cartório 2: (3,14 x 1,75)m.</p> <p>A fixação será na parede e a abertura será lateral, uma para esquerda e outra para direita.</p> <p>Janela 5 - sala da juíza: (2,90x1,75)m.</p> <p>A fixação será na parede e a abertura será central.</p> | 05 |
| 41 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de ITAMBÉ, com as medidas abaixo, totalizando 7,72m²:</p> <p>Janela 1: (1,20 x 1,60)m – abertura para a direita;</p> <p>Janela 2: (1,90 x 1,45)m – abertura central;</p> <p>Janela 3: (1,90 x 1,60)m – abertura central.</p> <p>Todas deverão ser fixadas na parede.</p> | 03 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| | | | |
|----|-----------|--|----|
| 42 | BR0150223 | <p>Confecção de persianas para Zona de CAMAMU, com as medidas abaixo, totalizando 7,96m²:</p> <p>Janela 1.1: (2,04 x 1,95)m – abertura para a esquerda; Janela 1.2: (2,04 x 1,95)m – abertura para a direita.</p> <p>Todas deverão ser fixadas na parede.</p> | 02 |
|----|-----------|--|----|



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ANEXO B

B.1 ENDEREÇOS DOS IMÓVEIS ONDE SERÃO INSTALADAS AS PERSIANAS

| LOTE 1 |
|--|
| ITEM 01 – ESPLANADA Cartório da 21ª Zona Eleitoral – Fórum de Esplanada, Praça Monsenhor Zacarias Luz, s/nº, Centro, Esplanada/BA - CEP: 48370-000. Tel.: (75) 3427-1582. |
| ITEM 02 – SIMÕES FILHO Cartório da 33ª Zona Eleitoral – Fórum Josaphat Marinho, Av. Altamirando Araújo Ramos, S/Nº, Centro, Simões Filho/BA CEP: 43700-000 Tel.: (71) 3396-1658 |
| ITEM 03 – CATU Cartório da 129ª Zona Eleitoral – Rua Ministro Ernesto Simões, nº 340, Boa Vista, Catu/BA CEP: 48110-000 Tel.: (71) 3641-2117 |
| ITEM 04 – FEIRA DE SANTANA Cartório da 156ª Zona Eleitoral – Av. José Falcão da Silva, S/N – Queimadinha, Feira de Santana/BA - CEP: 444050-512. Tel.: (75) 3221-4332. |
| ITEM 05 – CAMAÇARI Cartórios da 170ª e 171ª Zonas Eleitorais – Rua de Contorno do Centro Administrativo/BA - CEP: 42800-107. Tel.: (71) 3621-7366 / (71) 3621-1352 |
| ITEM 06 – RETIROLÂNDIA Cartório da 196ª Zona Eleitoral – Rua Joana Angélica, 113, Centro, Retirolândia/BA - CEP: 48750-000. Tel.: (75) 3202-1355. |
| ITEM 07 – POJUCA Cartório da 200ª Zona Eleitoral – Fórum Des. Walter Nogueira, 1ª Travessa Antônio Batista, S/N, Nova Pojuca, Pojuca/BA CEP: 48120-000 Tel.: (71) 3645-2260 |
| ITEM 08 – VALENTE Cartório da 120ª Zona Eleitoral – Praça Manoel Novais, nº 84, Centro, Valente/BA CEP: 48890-000 Tel.: (75) 3263-2263 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM 09 – SÃO FRANCISCO DO CONDE

Cartório da 162ª Zona Eleitoral – Rua Maria Quitéria, nº 17-A, Centro, São Francisco do Conde/BA
CEP: 43900-000 Tel.: (71) 3651-1266

LOTE 2

ITEM 10 – IPIRÁ

Cartório da 62ª Zona Eleitoral – Rodovia BA 052, Km 86, S/N – Centro Administrativo, Ipirá/BA
CEP: 44600-000 Tel.: (75) 3254-1598

ITEM 11 – SANTA TERESINHA

Cartório da 107ª Zona Eleitoral – Praça Apio Medrado, S/Nº, Fórum Salvador Andrade, Centro, Santa Teresinha/BA CEP: 44590-000 Tel.: (75) 3639-2158

ITEM 12 – JUAZEIRO

Cartório da 47ª Zona Eleitoral – Rua dos Bandeirantes, S/Nº, João XXIII, Juazeiro/BA CEP: 48900-000 Tel.: (74) 3611-5505

ITEM 13 – PARIPIRANGA

Cartório da 52ª Zona Eleitoral – Praça Pedro Rabelo de Matos, S/N, Centro, Paripiranga/BA CEP: 48430-000 Tel.: (75) 3279-2344

ITEM 14 – TUCANO

Cartório da 107ª Zona Eleitoral – Fórum de Tucano, Av. Francisco Araújo de Souza, 397, Centro, Tucano/BA CEP: 48790-000 Tel.: (75) 3272-2080

ITEM 15 – SENTO SÉ

Cartório da 96ª Zona Eleitoral – Fórum Des. Osvaldo Nunes, Praça Cel. João Nunes Sento Sé, S/Nº Sento Sé/BA CEP: 47350-000 Tel.: (74) 3537-2295

ITEM 16 – ITIÚBA

Cartório da 149ª Zona Eleitoral – Fórum Des. José Soares S. Sampaio, Rua XV de Novembro, Centro, Itiúba/BA CEP: 48850-000 Tel.: (74) 3546-1086

ITEM 17 – CHORROCHÓ

Cartório da 158ª Zona Eleitoral – Fórum Dr Olinto Lopes Galvão Fº, Rua Coronel João Sá, S/N, Centro, Chorrochó CEP: 48660-000 Tel.: (75) 3477-2130



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM 18 – JAGUARARI

Cartório da 1179ª Zona Eleitoral – Fórum da Comarca de Jaguarari, Praça Dr. Marcolino de Barros/BA CEP: 48960-000 Tel.: (74) 3619-2215

LOTE 3

ITEM 19 – LENÇÓIS

Cartório da 89ª Zona Eleitoral – Fórum Des. Carlos Benjamin Viveiros, Centro, Lençóis/BA CEP: 46960-000 Tel.: (75) 3334-1375

ITEM 20 – IRECÊ

Cartório da 95ª Zona Eleitoral – Rua Fortaleza, Novo Horizonte, Irecê/BA CEP: 44900-000 Tel.: (74) 3641-3775

ITEM 21 – PIATÃ

Cartório da 107ª Zona Eleitoral – Praça do Rosário, S/N, Centro, Piatã/BA CEP: 46765-000 Tel.: (77) 3479-2149

ITEM 22 – IBOTIRAMA

Cartório da 107ª Zona Eleitoral – Rua Lafayette Coutinho, 324, Centro, Ibotirama/BA CEP: 47520-000 Tel.: (77) 3698-1268

ITEM 23 – BARRA DO MENDES

Cartório da 107ª Zona Eleitoral – Fórum Albério Campus, Rua Antônio Evaristo dos Santos, nº1, Centro, Barra do Mendes/BA CEP: 44990-000 Tel.: (74) 3654-1165

ITEM 24 – SANTA RITA DE CÁSSIA

Cartório da 97ª Zona Eleitoral – Fórum Dr. João Santos, Centro, Santa Rita de Cássia/BA CEP: 47150-000 Tel.: (77) 3625-1083

LOTE 4

ITEM 25 – CORIBE

Cartório da 61ª Zona Eleitoral – Fórum Durvalina de Araújo Santos, Rua Bandeirantes, 501, Centro, Coribe/BA CEP: 47690-000 Tel.: (77) 3480-2140

ITEM 26 – GUANAMBI

Cartório da 61ª Zona Eleitoral – Av. Presidente Castelo Branco, S/N, Aeroporto Velho, Guanambi/BA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| |
|--|
| CEP: 46430-000 Tel.: (77) 3451-3986 |
| ITEM 27 – BARREIRAS Cartório da 70ª Zona Eleitoral – Loteamento Aratu, 914, Barreiras/BA CEP: 47800-000 Tel.: (77) 3611-5633 |
| ITEM 28 – JACARACI Cartório da 92ª Zona Eleitoral – Fórum Augusto Gesteira, Praça Municipal, 72 Jacaraci/BA CEP: 46310-000 Tel.: (77) 3466-2149 |
| ITEM 29 – RIACHO DE SANTANA Cartório da 113ª Zona Eleitoral – Praça Lauro de Freitas, 237, Centro, Riacho de Santana/BA CEP: 46470-000 Tel.: (77) 3457-2015 |
| ITEM 30 – CORRENTINA Cartório da 124ª Zona Eleitoral – Fórum Helvécio Alves da Rocha, Rua A, 528, Lot. Antônio, Correntina/BA CEP: 47650-000 Tel.: (77) 3488-2555 |
| ITEM 31 – TREMEDAL Cartório da 177ª Zona Eleitoral – Fórum da Comarca de Tremedal, Rua Castelo Branco nº47, Centro, Tremedal/BA CEP: 45170-000 Tel.: (77) 3494-2107 |
| LOTE 5 |
| ITEM 32 – JEQUIÉ Cartórios da 22ª e 23ª Zonas Eleitorais - Rua Gidelito Ferraz, n 3-b, Jequiezinho, Jequié/BA CEP: 45208-415 Tel.: (73) 3525-5347, (73) 3525-5374 |
| ITEM 33 – AMARGOSA Cartório da 36ª Zona Eleitoral – Praça da Bandeira (Bosque), 417, Centro, Amargosa/BA CEP: 45300-000 Tel.: (75) 3634-1333 |
| ITEM 34 – COARACI Cartório da 135ª Zona Eleitoral – Rua Antônio Teixeira, 10, Centro, Coaraci/BA CEP: 45638-000 Tel.: (75) 3241-1322 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM 35 – ITAJUÍPE

Cartório da 136ª Zona Eleitoral – Rua Jorge José Hage, 118, Centro, Itajuípe/BA CEP: 45630-000
Tel.: (73) 3238-1927

ITEM 36 – ITAGIBÁ

Cartório da 147ª Zona Eleitoral – Rua Porto Seguro, 78, Centro, Itagibá/BA CEP: 45585-000 Tel.:
(73) 3244-2189

ITEM 37 – ENCRUZILHADA

Cartório da 152ª Zona Eleitoral – Rua Paulino Primo, 09, conjugado com a Rua São José, S/N, Centro, Encruzilhada/BA CEP: 45150-000 Tel.: (77) 3439-2130

ITEM 38 – ITABUNA

Cartórios da 27ª e 28ª Zonas Eleitorais – Rua Rio Almada, 100, Góes Calmon, Itabuna/BA CEP:
45605-375 Tel.: (73) 3211-1243

ITEM 39 – BELMONTE

Cartório da 34ª Zona Eleitoral – Fórum Luiz Viana filho, Centro, Belmonte/BA CEP: 45800-000 Tel.:
(73) 3287-2521

ITEM 40 – PORTO SEGURO

Cartório da 121ª Zona Eleitoral – Fórum Eleitoral, Rua da Jaqueira, s/n, quadra QH, Tabapiri, Porto Seguro/BA CEP: 45810-000 Tel.: (73) 3268-5510

ITEM 41 – ITAMBÉ

Cartório da 201ª Zona Eleitoral – Av. Florisbaldo Flores dos Santos Melo, nº 17, Centro, Itambé/BA
CEP: 45140-000 Tel.: (77) 3432-1023

ITEM 42 – CAMAMU

Cartório da 78ª Zona Eleitoral – Rua Dr. Alfredo Martins, 86, Centro, Camamu/BA CEP: 45445-000
Tel.: (73) 3255-2204



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 73/2022

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

| RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | | | |
|-------------------------|------|-------------------------|--------|----------------|---------------------|---------------------|
| Lote | Item | Unidade de Fornecimento | Quant. | Valor Unitário | Valor Total do Item | Valor Total do Lote |
| 1 (itens 1 a 9) | 1 | UNIDADE | 1 | R\$ 974,80 | R\$ 974,80 | R\$ 23.732,16 |
| | 2 | UNIDADE | 2 | R\$ 672,50 | R\$ 1.345,00 | |
| | 3 | UNIDADE | 5 | R\$ 414,34 | R\$ 2.071,70 | |
| | 4 | UNIDADE | 2 | R\$ 786,78 | R\$ 1.573,56 | |
| | 5 | UNIDADE | 19 | R\$ 525,60 | R\$ 9.986,40 | |
| | 6 | UNIDADE | 5 | R\$ 622,62 | R\$ 3.113,10 | |
| | 7 | UNIDADE | 2 | R\$ 379,30 | R\$ 758,60 | |
| | 8 | UNIDADE | 2 | R\$ 987,25 | R\$ 1.974,50 | |
| | 9 | UNIDADE | 2 | R\$ 967,25 | R\$ 1.934,50 | |
| 2 (itens 10 a 18) | 10 | UNIDADE | 3 | R\$ 453,60 | R\$ 1.360,80 | R\$ 14.774,36 |
| | 11 | UNIDADE | 1 | R\$ 503,00 | R\$ 503,00 | |
| | 12 | UNIDADE | 2 | R\$ 939,95 | R\$ 1.879,90 | |
| | 13 | UNIDADE | 9 | R\$ 504,94 | R\$ 4.544,46 | |
| | 14 | UNIDADE | 1 | R\$ 1.039,30 | R\$ 1.039,30 | |
| | 15 | UNIDADE | 2 | R\$ 854,00 | R\$ 1.708,00 | |
| | 16 | UNIDADE | 2 | R\$ 782,00 | R\$ 1.564,00 | |
| | 17 | UNIDADE | 2 | R\$ 666,45 | R\$ 1.332,90 | |
| | 18 | UNIDADE | 2 | R\$ 421,00 | R\$ 842,00 | |
| 3 (itens 19 a 24) | 19 | UNIDADE | 1 | R\$ 667,90 | R\$ 667,90 | R\$ 10.701,59 |
| | 20 | UNIDADE | 3 | R\$ 850,63 | R\$ 2.551,89 | |
| | 21 | UNIDADE | 1 | R\$ 1.221,30 | R\$ 1.221,30 | |
| | 22 | UNIDADE | 1 | R\$ 957,30 | R\$ 957,30 | |
| | 23 | UNIDADE | 4 | R\$ 741,50 | R\$ 2.966,00 | |
| | 24 | UNIDADE | 4 | R\$ 584,30 | R\$ 2.337,20 | |
| 4 (itens 25 a 31) | 25 | UNIDADE | 1 | R\$ 1.694,34 | R\$ 1.694,34 | R\$ 17.272,69 |
| | 26 | UNIDADE | 2 | R\$ 999,47 | R\$ 1.998,94 | |
| | 27 | UNIDADE | 10 | R\$ 648,17 | R\$ 6.481,70 | |
| | 28 | UNIDADE | 1 | R\$ 863,04 | R\$ 863,04 | |
| | 29 | UNIDADE | 4 | R\$ 662,24 | R\$ 2.648,96 | |
| | 30 | UNIDADE | 2 | R\$ 968,11 | R\$ 1.936,22 | |
| | 31 | UNIDADE | 3 | R\$ 549,83 | R\$ 1.649,49 | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

| RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | | | |
|-------------------------|------|-------------------------|--------|----------------|---------------------|---------------------|
| Lote | Item | Unidade de Fornecimento | Quant. | Valor Unitário | Valor Total do Item | Valor Total do Lote |
| 5 (itens 32 a 42) | 32 | UNIDADE | 12 | R\$ 388,34 | R\$ 4.660,08 | R\$ 27.070,43 |
| | 33 | UNIDADE | 2 | R\$ 1.332,78 | R\$ 2.665,56 | |
| | 34 | UNIDADE | 5 | R\$ 548,51 | R\$ 2.742,55 | |
| | 35 | UNIDADE | 3 | R\$ 732,48 | R\$ 2.197,44 | |
| | 36 | UNIDADE | 1 | R\$ 1.226,64 | R\$ 1.226,64 | |
| | 37 | UNIDADE | 3 | R\$ 587,29 | R\$ 1.761,87 | |
| | 38 | UNIDADE | 4 | R\$ 461,65 | R\$ 1.846,60 | |
| | 39 | UNIDADE | 2 | R\$ 621,02 | R\$ 1.242,04 | |
| | 40 | UNIDADE | 5 | R\$ 986,76 | R\$ 4.933,80 | |
| | 41 | UNIDADE | 3 | R\$ 606,59 | R\$ 1.819,77 | |
| | 42 | UNIDADE | 2 | R\$ 987,04 | R\$ 1.974,08 | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | R\$ 93.551,23 | |